

CNDH aprova Agenda de Direitos Humanos para eleições municipais

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou hoje (27) a Agenda de Direitos Humanos para Eleições Municipais de 2020. O documento visa à adesão de candidaturas dos Poderes Executivos e Legislativos municipais de todo o Brasil, para que firmem o compromisso com o conjunto de proposições relacionadas aos direitos humanos.

Relatada pela Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do colegiado, a Agenda de Direitos Humanos aborda os seguintes eixos: I. Interação democrática entre Estado e sociedade civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V: Educação e Cultura em Direitos Humanos; VI: Direito à Memória e à Verdade.

A conselheira Eneida Guimarães destacou que, antes de ser levada ao Pleno, a proposta de resolução recebeu contribuições de todas as entidades que compõem a comissão. Segundo a conselheira Ieda Leal, trata-se de uma agenda permanente: “Ela deve virar um livro sagrado dos direitos humanos. Quando uma pessoa entrar em um cargo público, é o mínimo que ela deve saber sobre o respeito com os direitos humanos”.

O conselheiro Paulo Mariante informa que cerca de 50 pessoas de diversos movimentos participaram da construção do texto, com um processo de participação riquíssimo. Para ele, a carta deve ser um instrumento de diálogo pelos direitos humanos nas eleições municipais, remetida a todos os partidos políticos e tem a possibilidade de ser trabalhada pelas bases sociais, permitindo que seja usada para subsidiar as iniciativas de mantados de prefeitas/os e vereadoras/es.

“É um documento do conselho, suprapartidário, de Estado, com uma base firme no 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, o principal instrumento normativo brasileiro de direitos humanos, construído em um amplo processo de participação na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos”, afirma Mariante.

Para o presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor, a Agenda de Direitos Humanos para as eleições municipais 2020 é extremamente oportuna: “O Conselho Nacional de Direitos Humanos tem papel fundamental nesse momento histórico em que de maneira surreal os direitos humanos são estigmatizados”, afirma.